

Ameaça de retaliação não preocupa

Kido Guerra

BRASÍLIA—O governo parece não estar muito preocupado com as recentes ameaças dos bancos credores americanos de promover retaliações contra a moratória brasileira, que já dura seis meses. Ao contrário, considera-se com poder de barganha que lhe dá perspectivas de renegociar a dívida externa em condições favoráveis ao Brasil e prefere conduzir os entendimentos com os bancos credores sem se importar com a postura inquieta do governo dos Estados Unidos.

Na verdade, o Brasil ainda tem quase dois meses para decidir o que vai fazer em relação à moratória. Somente em 20 de outubro — data de fechamento do ano fiscal americano, quando são discutidos os balanços dos bancos —, é que há uma perspectiva concreta de uma retaliação, através, basicamente, da reclassificação dos créditos brasileiros, que podem ser rebaixados da categoria *sub-standard* para *value impaired*, ou, literalmente, valor prejudicado. Na prática, a aplicação da medida dificultaria a obtenção de créditos comerciais de curto prazo pelo governo brasileiro.

— Não acredito que eles vão fazer isso; assim não acho que os grandes bancos vão cortar as linhas de crédito de curto prazo como represália. O prejuízo também será deles — raciocina um assessor do governo que participa diretamente das negociações da dívida.

A aparente calma desse assessor, a despeito das notícias de retaliação que partem dos Estados Unidos, tem justificativa. Segundo ele, o provável corte das linhas de curto prazo pelos bancos pequenos preocupa, “pois representam poucos milhões de dólares, 10 a 15, num universo de 15 bilhões de dólares, e são facilmente cobertas pela recuperação dos níveis da balança comercial nos últimos dois meses”.

Já o corte das linhas de curto prazo pelos grandes bancos — que, do ponto de vista financeiro, traria grandes prejuízos para o Brasil — é uma hipótese distante, na opinião de alguns dos principais assessores do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Sem esses recursos, as exportações brasileiras seriam prejudicadas e, conseqüentemente, o Brasil não teria mais a menor condição de honrar seus compromissos com a comunidade finan-

ceira internacional. Afinal, são esses créditos que garantem as exportações, o superávit comercial e o pagamento da dívida.

Outro ponto de sustentação da tranquilidade brasileira, segundo um dos negociadores da dívida, é o fato de que as reservas brasileiras — que poderiam ser exigidas pelos credores como cobertura de débito do Brasil — estão muito baixas (cerca de 3 bilhões 600 milhões de dólares) para compensar o prejuízo dos bancos estrangeiros.

A cobrança da dívida brasileira judicialmente, como querem alguns dos principais credores brasileiros, também encontra entraves legais, segundo assessores do ministro Bresser Pereira.

Ao lado das dificuldades e dos riscos que os bancos estrangeiros enfrentam se partirem para as retaliações, o governo brasileiro se sustenta em uma outra certeza: os bancos querem chegar, depressa, a um entendimento com o Brasil, para evitar ainda mais a redução dos seus lucros, ao se verem obrigados a ampliar as suas reservas, necessárias para o pagamento de suas dívidas com outras instituições financeiras.

Todo esse quadro — entendem funcionários do governo — dá ao Brasil a tranquilidade de negociar a dívida em condições favoráveis, sem se submeter às exigências de seus credores, e podendo, inclusive, sustentar a sua ambiciosa proposta de prorrogar em 20 anos o prazo de pagamento do principal da dívida, não recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e obter novos empréstimos no total de 7 bilhões 115 milhões de dólares, necessários para refinaranciar os juros de 1987 (integralmente) e de 1988 (parte do ano). O Brasil quer, ainda, o apoio do Banco Mundial para convencer os pequenos bancos a entrarem no acordo sem que precise ir ao FMI.

— É esta a posição do governo, e é forte — enfatiza outro assessor direto de Bresser Pereira na questão da dívida externa, assegurando que as ameaças vindas dos Estados Unidos “não impressionam”.

Outra corrente do governo, porém, quer evitar a situação de reclassificação dos créditos brasileiros, que pode se concretizar através de exigências do próprio governo americano, insatisfeito com a redução dos lucros dos seus bancos.